

**TRAJETÓRIAS TERRITORIAIS DO
TRABALHO NO
AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO
NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

*TERRITORIAL TRAJECTORIES OF LABOR
IN SUGARCANE HYDROAGRICULTURAL IN
THE ADMINISTRATIVE REGION OF
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)*

*TRAYECTORIAS TERRITORIALES DE
TRABAJO EN AGROHIDROENEGÓCIO
CAÑERO EN LA REGIÓN ADMINISTRATIVA
DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)*

FREDI DOS SANTOS BENTO

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: fredisousuke@gmail.com

ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Presidente Prudente/SP.
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo: Nesse final da segunda década do século XXI, amplia-se cada vez mais a ofensiva do capital sobre o trabalho, movida pela necessidade insaciável de acumulação/reprodução. Em nosso país, dentre as inúmeras formas de personificação deste modelo societal, destacamos o agrohidronegócio canavieiro, que sob a prerrogativa do discurso falacioso do desenvolvimento nacional, social, sustentável etc., oculta sua face perversa quando se põe em consideração as condições de vida (trabalho, saúde) dos trabalhadores, das comunidades lindeiras atingidas, bem como a sociedade em geral. Nesse aspecto nos chama a atenção os avanços da mecanização nos canaviais, que tem como um de seus rebatimentos a ampliação da precarização da mão de obra migrante sazonal. Dessa forma, neste texto propomos o debate em respeito as trajetórias territoriais do trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), dado o fato desta estar imersa no que estamos considerando enquanto Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro no Brasil, território que engloba os cinco estados com maior produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do país.

Palavras-chave: trabalho, agrohidronegócio canavieiro, trajetórias territoriais do trabalho, migração, região administrativa de Presidente Prudente (SP).

Abstract: At the end of the second decade of the 21st century, the offensive of capital on labor is increasing, driven by the insatiable need for accumulation / reproduction. In our country, among the numerous forms of personification of this societal model, we highlight sugarcane hydroagricultural that under the prerogative of the fallacious discourse of national, social, sustainable development etc. hides its perverse face when considering the living conditions (labor, health) of workers, neighboring communities affected, as well as society in general. In this respect, the advances in mechanization in the sugarcane fields draw our attention, which has as one of its repercussions the expansion of precarious seasonal migrant labor. Thus, in this text we propose a debate regarding the territorial trajectories of labor in the Administrative Region of Presidente Prudente (SP), given the fact that it is immersed in what we are considering as a Sugarcane Hydroagricultural Polygon in Brazil, territory that encompasses the five states with the largest production of sugarcane, sugar and ethanol in the country.

Keywords: labor, sugarcane hydroagricultural, territorial trajectories of labor, migration, administrative region of Presidente Prudente (SP).

Resumen: A finales de la segunda década del siglo XXI, la ofensiva del capital sobre el trabajo está aumentando impulsado por la insaciable necesidad de acumulación / reproducción. En nuestro país, entre las numerosas formas de personificación de este modelo social, destacamos el agrohídronegocio cañero, que bajo la prerrogativa del discurso falaz del desarrollo nacional, social, sostenible, etc., oculta su cara perversa al considerar las condiciones de vida (trabajo, salud) de los trabajadores, comunidades vecinas afectadas, así como la sociedad en general. A este respecto, los avances en la mecanización en los campos de caña de azúcar llaman nuestra atención, que tiene como una de sus repercusiones la expansión de la mano de obra migratoria estacional precaria. Así, en este texto proponemos un debate sobre las trayectorias territoriales de trabajo en la Región Administrativa de Presidente Prudente (SP), dado el hecho de que está inmerso en lo que consideramos como el Polígono de Agrohídronegocio Cañero en Brasil, un territorio que abarca los cinco estados con la mayor producción de caña de azúcar, azúcar y etanol en el país.

Palabras-clave: trabajo, agrohidronegocio cañero, trayectorias territoriales de trabajo, migración, región administrativa de Presidente Prudente (SP).

Introdução¹

Neste texto queremos oferecer um debate em respeito aos aprofundamentos referentes a expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) que está imersa no “Polígono do Agrohidronegócio”, localizado no Centro-Sul do Brasil. O destaque principal vai para os (re) arranjos que se configuram no período marcado pela transição técnica/tecnológica nos canaviais dessa região, com ênfase para o controle do trabalho, especialmente nas operações de corte e plantio da cana-de-açúcar. Estudos realizados e orientados por Thomaz Junior (2009;2010;2012;2014;2017;2018) no âmbito da demarcação territorial do Polígono do Agrohidronegócio reúnem reflexões teórico-conceituais e referenciais metodológicos para o estudo do processo social de trabalho no contexto da atividade agroindustrial canavieira nos cinco maiores produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do país: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás.

Por estar localizada no Polígono do Agrohidronegócio², a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) se destaca pela disponibilidade de terras férteis, planas e com acesso à logística requerida pelo capital agroindustrial, e de recursos hídricos. É

¹ Este texto reflete o que pudemos desenvolver na pesquisa: Migração do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) sob o processo: 2016/03984-0.

² Na Geografia merecem destaque também a respeito da discussão sobre o agrohidronegócio, pesquisas que utilizam termos como hidroterritórios, em que há a inter-relação entre o controle do território e da água. Referimo-nos aos trabalhos de Torres (2007) e Mendonça; Mesquita (2007).

exatamente com base nessa combinação fundamental que Thomaz Junior (2009; 2010) enfatiza que o agronegócio não pode ser relacionado apenas à monopolização das terras, ou mesmo ao controle sobre o acesso à água e às demais cadeias produtivas e à comercialização. É, sim, resultado de um processo no qual as frações do território do agrohídronegócio canavieiro em disputa têm expressado uma nova geografia da cana-de-açúcar no espaço agrário brasileiro.

Então, consolida-se o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis, férteis e planas do país, com melhor disponibilização dos recursos hídricos, logística favorável de transporte etc. Ele rompe assim, as barreiras para o expansionismo em escala nacional, considerando que 85% das terras cultivadas com cana-de-açúcar, ou 10,5 milhões de ha, encontram-se nessa porção do território brasileiro localizada no Centro-Sul do país (Polígono do Agrohídronegócio), com destaque para a cana-de-açúcar, por ocupar a maior área irrigada do país, ou 3,5 milhões de ha.

Ademais, nos chama a atenção, a gestação de um discurso falacioso pautado pela melhoria das condições de trabalho, erigido a partir de novas formas de gestão e controle do próprio trabalho, bem como da empregabilidade - resultados da mecanização -, por meio da qualificação profissional, do uso de tecnologias de ponta nos canaviais, com direito ao controle e à automação do processo produtivo, ao maior respeito às leis trabalhistas, além da perspectiva de que o corte e plantio mecanizados não ocasionem agravos à saúde dos trabalhadores, como apresentado por representantes do agrohídronegócio canavieiro.

Em oposição a esse discurso, a reestruturação produtiva do capital efetivada nas últimas décadas tem resultado em mudanças

profundas no processo de acumulação, promovendo mutações nas relações de trabalho, com rebatimentos desastrosos para os trabalhadores, cada vez mais pauperizados pelo capital por causa da adoção de formas de gestão flexível, do enxugamento da força de trabalho, da ampliação da produtividade agrícola, aumento da terceirização e das migrações do trabalho para o capital, bem como o surgimento de um discurso falacioso no que tange a qualificação profissional enquanto possibilidade de requalificação no mercado de trabalho tem aberto caminho para a renovação e recriação de formas assemelhadas de trabalho escravo (CARVALHAL, 2004; PERPETUA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019).

É com ênfase para as migrações do trabalho para o capital que estamos chamando à atenção para o grau de plasticidade que assume a força de trabalho neste início de século, e que é marca fundamental nos entendimentos em respeito de uma leitura geográfica e territorial do trabalho que estamos nos propondo a realizar, enquanto objetivo principal deste texto, dadas as devidas mediações com a teoria, para o que estamos pontuando enquanto trajetórias territoriais do trabalho (TTT), que trazemos neste texto.

Na construção desta leitura estamos levando em consideração a discussão em respeito às trajetórias laborais dos trabalhadores, tendo em vista sua importância na compreensão dos novos itinerários do mundo do trabalho, os sentidos subjetivos presentes nas histórias de vida, e nos relatos orais apresentados pelos trabalhadores e trabalhadoras, bem como nas interações sociais obtidas no curso de vida dos mesmos e seus contextos histórico-sociais analisados na compreensão temporal das trajetórias (ROBERTI, 2011).

Para realizarmos tal intento, buscamos compreender a dinâmica estrutural e conjuntural, além de realizarmos trabalhos de campo na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), dada a possibilidade de problematização, tendo em vista entendermos o trabalho de campo enquanto “laboratório por excelência do geógrafo”, que adjunto das investigações realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas, tem nos possibilitado apreender a trajetória pessoal, laboral e familiar dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Quanto às entrevistas, temos nos utilizado de entrevistas semiestruturadas junto aos trabalhadores (operadores de colheitadeira e cortadores manuais, tratoristas, fiscais, motoristas e demais trabalhadores empregados, além dos trabalhadores desempregados e descartados, com vistas a colher relatos orais dos trabalhadores). Da mesma forma que buscamos informações junto às instâncias de representação, como os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), SER's (Sindicato dos Empregados Rurais); CPT (Comissão Pastoral da Terra), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); DataLUTA; DataCETAS, etc. todos a nível regional, ou seja, que recobrem os municípios enfocados.

Com relação às informações obtidas a partir das entrevistas, procederemos à transcrição, com vistas a privilegiar o entendimento das narrativas. No entanto, em relação ao diálogo junto aos trabalhadores, fez-se mister a produção de representações a partir do exposto pelos mesmos (entrevistas, conversas, relatos orais), análise das trajetórias territoriais do trabalho, e os laços interpessoais que ligam os trabalhadores.

Em respeito a representação das trajetórias territoriais do trabalho, destacamos a utilização do *ATLAS.ti*³(ATLAS=Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagssprache, ou Arquivo para Linguagem em Tecnologia, do Mundo da Vida e do Cotidiano) e ti (interpretação de texto), desenvolvido pela Universidade de Berlim, sendo criado para a utilização em pesquisas qualitativas como suporte para a interpretação de textos, bem como para pesquisa qualitativa social e linguística (POCRIFKA; CARVALHO, 2014; ARIZA, et.al, 2015a).

Esse programa segue a Grounded Theory-Teoria Fundamentada (GT), que objetiva a compreensão de um fenômeno social a partir de várias categorias em nível ampliado de abstrações, permitindo assim a construção de uma teoria, desse modo o programa apresenta uma série de recursos como: Unidade Hermenêutica, Documentos Primários, Codificação, Códigos, entre outros, possibilitando assim a análise das entrevistas semiestruturadas, dos relatos orais, fotografias e outros documentos realizados ou tirados ao longo do desenvolvimento da pesquisa (ARIZA, et.al, 2015a).

Entretanto, em respeito as entrevistas e relatos orais colhidos faz se primordial pontuarmos a utilização de outro procedimento metodológico que é o da etnografia virtual/netnografia/webnografia/ciberantropologia, dada esta ter sido uma aposta realizada desde o início de nossa pesquisa no mestrado acadêmico tendo em consideração a manutenção do contato com alguns trabalhadores desde o período de nossa graduação, sendo

³ Ao fazermos uso deste software, enfatizamos que a mesma se fez a partir da versão 6.2 do mesmo, sob licença para estudantes (*student licence*), ou seja, uma versão gratuita, mas que não possui todos os recursos de versões mais atuais do software supracitado.

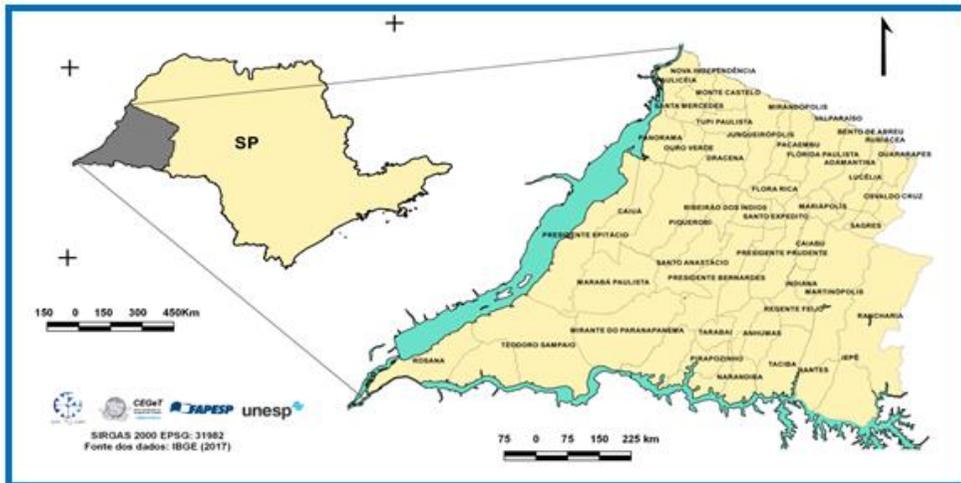
importante pontuarmos as dificuldades do ‘estar lá’ e ‘escrever aqui’ como assevera Geertz (1989), e que neste texto estamos chamando a atenção para o fato de termos podido continuar a acompanhar as trajetórias laboral e de vida dos trabalhadores.

Assim, o texto está dividido em duas seções, sendo a primeira referente à realização de uma discussão em respeito ao desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). E uma segunda seção que versa o debate em respeito as trajetórias territoriais do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro nesta região.

A expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) e as migrações do trabalho para o capital

Ao pensarmos a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) (Mapa 01), é necessário depreendermos que a mesma é constituída por 53 municípios, 03 regiões de governo, 03 escritórios de desenvolvimento regional (Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Dracena) possuindo ainda uma área em torno de 23.779, 11 mil quilômetros quadrados e uma densidade populacional em torno de 35, 58 (habitantes/km²).

Mapa 01: Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).



Fonte: Pesquisa de Campo (2018-2019). Organização: Autores (2020).

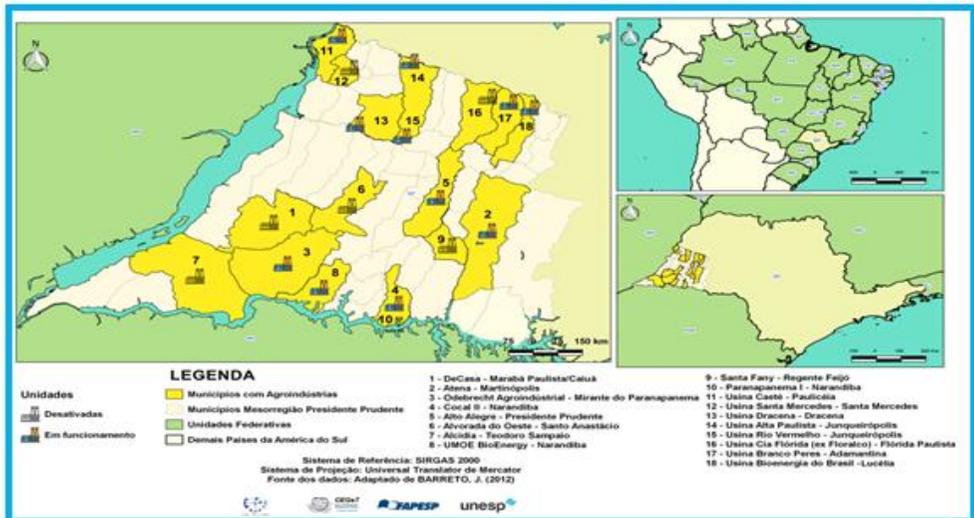
A expansão do agrohidronegócio na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), manifesta o conteúdo de contradições que marcam a gestão territorial empreendida pelo setor, dadas as ações e formas que esse capital tem encontrado de monopolizar o território, seja através da aliança capital/Estado, seja pela via o embate direto para com os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras que vendem sua força de trabalho nos canaviais etc.

Sob o crivo dessas afirmações é que se insere a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), alvo nos últimos anos do reordenamento territorial promovido pelo agrohidronegócio canavieiro, que deixaram (deixam) marcas claras no território, tendo-se em conta a amplitude das contradições apreendidas neste processo, em uma região que historicamente é conhecida pelo *conflito*, sendo esses ligados ao processo de ocupação das terras, que transcorre desde o início do século XIX, atrelado à manutenção da existência de terras griladas (LEITE, 1998).

Em meio a esses conflitos territoriais e de interesses de classe que enfatizamos a necessidade de compreensão do processo que Thomaz Junior (2017) pontua enquanto degradação sistêmica do trabalho. O autor considera as interconectividades entre adoecimento físico e mental dos trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro, dada à intensa flexibilização, associados às novas formas de gerenciar e controlar a força de trabalho empregada (tais como: descumprimentos da legislação trabalhista, perda de direitos, intensificação do ritmo de trabalho e da jornada, desligamentos, desemprego), e exposição a riscos (contaminação, intoxicação, mutilações), com a intensificação do uso de agroquímicos (agrotóxicos, adubos, maturadores etc.).

Barreto; Thomaz Junior (2012) sublinham que o agrohidronegócio canavieiro vivenciou dois grandes momentos na região, sendo o primeiro durante o PRÓALCOOL (décadas de setenta e oitenta) e o segundo a partir de 2005 através dos incentivos estatais e da ampliação da produção de veículos com a tecnologia *flex fuel*, ocorrendo assim, não apenas a expansão da lavoura canavieira, como também a implantação de novas unidades processadoras (Mapa 02).

Mapa 02: Territorialização das agroindústrias canaveiras na Região Administrativa de Presidente Prudente.



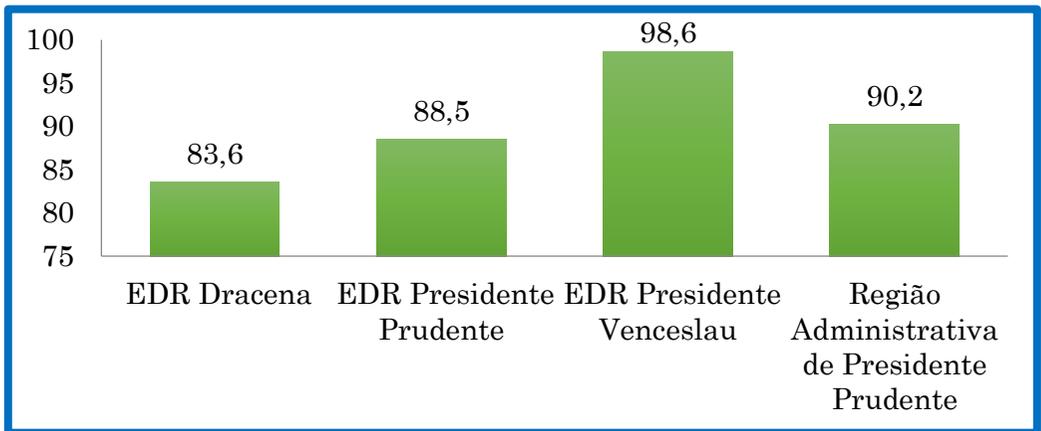
Fonte: Pesquisa de Campo (2018-2019). Organização: Autores (2020).

Nestes primeiros anos do século XXI, a Região Administrativa de Presidente Prudente também tem sido alvo do processo que envolve o estado de São Paulo, que advém da transição técnico-ocupacional porque tem passado a região, que diferente de outras partes do estado, cujo processo iniciou há algumas décadas, toma maior contraste neste início de século.

Isso se a partir da ampliação da mecanização do corte da cana também na região, dado que o índice de mecanização da região de acordo com o IEA, tenha ultrapassando a marca de 90% (Gráfico 01) e que resulta na diminuição do corte manual que tem registrado apenas cerca de 3.592 trabalhadores, sendo 2.020 pertencentes ao EDR de Presidente Prudente, 1.357 ao EDR de Dracena e 215 trabalhadores ao EDR de Presidente Venceslau, ao mesmo tempo em que a produção de cana mecanizada na safra 2016/2017 alcançou a marca de 35.109.093 milhões de toneladas enquanto que a produção

manual na região ficou em torno de 3.997.776 milhões de toneladas (IEA, 2017).

Gráfico 01: Índice de mecanização por EDR e Região Administrativa Safra 2016/2017.



Fonte: IEA (2017).

Em meio a ampliação da mecanização dos canaviais na região, cresce também a precarização do trabalho, sendo importante fazermos um chamamento para uma das principais engrenagens que movem o agrohidronegócio canavieiro, que diz respeito a utilização da mão de obra migrante temporária, naquilo que estamos concebendo enquanto ‘migrações do trabalho para o capital’.

Ao pensarmos a compreensão das migrações do trabalho para o capital neste início do século XXI, é preciso que consideremos que as principais teorias que circundam as migrações têm um viés macroeconômico e que não dá conta de responder uma série de questões que o fenômeno migratório tem possibilitado neste início do século, dessa forma é que Saquet; Mondardo (2008, p.118) entendem as migrações enquanto produto e produtor de uma ‘complexa trama

territorial entre os territórios de origem e destino' dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

Herrera (2003) chama a atenção para o fato de que o temário das migrações não é tão novo assim e estudos envolvendo as relações de deslocamento populacional já existem há décadas, com destaque para uma perspectiva dita 'modernizadora' das migrações, relacionada aos fatores de expulsão e atração, relacionados a variáveis econômicas, havendo uma dicotomia entre lugares de origem e de destino, sendo estes considerados 'unidades sociais autônomas'

Para a mesma autora, um outro olhar para o tema envolve o fato de que não podemos analisar os processos migratórios fora da lógica de acumulação capitalista e uma terceira perspectiva estaria relacionada a migração enquanto parte de um conjunto de estratégias de sobrevivência das famílias camponesas.

Bendito (1993) destaca que as migrações são resultantes de uma complexa combinação de efeitos '*push*' e '*pull*', na qual a subjetividade têm grande participação, dado que a decisão de migrar seja transcendente, ao mesmo tempo em que para aqueles que desejam migrar, se tenha que considerar as informações fornecidas por aqueles que realizaram o deslocamento anteriormente, principalmente amigos e familiares. Para o autor o fator '*push*' ou expulsista é muito importante, mas este está sempre relacionado com fatores de atração do tipo '*pull*'.

Abad (2015) nos permite refletir também em respeito a ideia de retorno, tendo em consideração que boa parte das análises se associam apenas ao momento da ida, ou seja, do deslocamento para os locais de destino dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes e com isso o autor desenvolve a ideia de 'perspectiva migratória' que

engloba o conjunto de mudanças e redefinições que são característicos a trajetória migratória dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ortín (2013) chama a atenção para um grande número de análises que têm por objetivo as migrações, como por exemplo as análises a nível micro e macro que dão conta de uma série de questões que abarcam o temário neste início do século, trazendo para o debate uma série de situações vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

Dessa forma, ao pensarmos nos trabalhadores e trabalhadoras migrantes temporários temos que entender que o mesmo passa boa parte do ano, a percorrer as rotas (corredores) migratórios, desempenhando o papel de mão de obra barata para as mais distintas frações do capital em âmbito nacional, destacando seu papel no agrohidronegócio canavieiro, que é base de nossas investigações.

Por essa perspectiva, podemos enxergar os camponeses brasileiros, enquanto trabalhadores e trabalhadoras migrantes, tendo em conta que sua expropriação não representa uma perda total dos vínculos com a terra, nos permitindo considerar questões que vão para além da esfera econômica, e que nos possibilita penetrar na dimensão da subjetividade dos mesmos.

Martins (1986) enfatiza a existência de três modalidades de migrações temporárias: as chamadas migrações cíclicas, com período de saída e retorno definidos, migrações denominadas e ritmadas pelo tempo cíclico das estações do ano e migrações relacionadas ao ritmo irregular das grandes obras, que não obedecem a ciclos, ao mesmo tempo em que considera a existência de vários tipos de migrantes temporários.

Moraes; Frazão; Rogério Junior (2009) chamam a atenção para a perspectiva dos estudos das migrações internas no Brasil estar relacionado ao que esses autores entendem enquanto quatro categorias, sendo elas a da migração do campo para a cidade; a do avanço das frentes agrícolas; as migrações sazonais, que neste texto estamos entendendo enquanto migrações do trabalho para o capital e a fuga das secas, acrescentando-se ainda, as migrações para as grandes obras.

Herrera (2003) destaca o papel das redes sociais ou redes de solidariedade nos processos migratórios, tornando a família enquanto uma unidade migratória, tendo em consideração que as mesmas permitem a construção de vínculos entre aqueles que migram para os lugares de destino e aqueles que permanecem nos lugares de origem, dado que para a autora a decisão de migrar não seja uma decisão individual, mas esteja embasada num processo familiar e social.

Tal perspectiva é importante, se considerarmos aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optam pela (i) mobilidade, que neste texto estamos entendendo de duas formas, uma associada a vontade de permanecer e outra que traz mais sentidos a nossa análise que considera o impedimento dos mesmos em realizar o deslocamento, por uma série de fatores, com ênfase para aqueles relacionados ao adoecimento e descarte dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em consideração que a imobilidade faça parte do cotidiano desses em meio a transição técnico-ocupacional nos canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Em consideração a (i) mobilidade, Bauman (1999) destaca que mesmo a nossa revelia, todos estamos em movimento num mundo dito globalizado, entretanto o autor faz considerações em

respeito a negação da liberdade de movimento aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes do mundo inteiro, que ao transpassarem fronteiras entre os países, muitas vezes são vistos enquanto invasores num território que não é o seu.

Silva; Menezes (2006, p.04) possibilitam a leitura das migrações enquanto um processo social e os trabalhadores e trabalhadoras migrantes enquanto agentes desse processo, sendo importante a consideração das migrações enquanto um acontecimento histórico, que afeta os que partem e aqueles que ficam, sendo constituída por ‘elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia’.

Para as mesmas autoras, as migrações enquanto processo respondem as ‘necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida)’ p.05. As migrações de retorno teriam assim um ponto de origem e outro de destino (retorno), ao mesmo tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes não enxergam sua volta enquanto retorno, sendo as migrações um ‘ponto de contato permanente entre um e o outro local’.

Silva (2006; 2011, p. 167) assevera que houve uma mudança na cartografia migratória a partir dos anos 2000, dada a intensificação do ritmo de trabalho e da média da cana cortada, podendo-se considerar os trabalhadores e trabalhadoras migrantes sob duas óticas, sendo estes trabalhadores ‘produzidos a partir do bojo de determinadas relações sociais, resultantes de um processo de violência e expropriação’.

A mesma autora considera que os trabalhadores migrantes estão inseridos numa realidade social definida por laços sociais e que nos possibilita a compreensão de que a denominação dos mesmos enquanto migrantes, omite ‘um conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social’ p.167, e que permite a autora empreender uma leitura em consideração ao que a mesma pontua enquanto ‘territórios migratórios’, debate que retomaremos ao discutirmos as trajetórias territoriais do trabalho na Região Administrativa de Presidente Prudente.

Ao passo que ao considerarmos a identidade individual e social desses trabalhadores, estamos empreendendo correlações com os expostos de Silva (2005) ao considerar que a pessoa dos trabalhadores migrantes seja constituída pelo que a autora pontua enquanto elementos étnicos, de gênero, idade e culturais que não podem e não devem ser desatrelados da sua força de trabalho e que em nossa análise tem papel primordial ao considerarmos as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras.

Silva (2005, p.23) ao refletir sobre o temário das migrações temporárias, assevera que as mesmas insurgem enquanto uma estratégia, enquanto solução material em um duplo sentido, dado que o assalariamento ‘permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário’.

Tal visão advogada por Silva (2005) ao entender as migrações enquanto uma estratégia, é por nós compartilhada, apesar de asseverarmos nossa compreensão atrelada das migrações enquanto parte das necessidades do capital em se utilizar da força de trabalho, ao mesmo tempo em que não podemos deixar de considerar uma série de outros fatores que devem ser pontuados ao analisarmos

as motivações e objetivos dos trabalhadores e trabalhadoras ao empreenderem o movimento migratório, sendo os mesmos parte do que estamos entendendo enquanto migrações do trabalho para o capital.

As migrações do trabalho para o capital representam assim, um processo mais complexo que o simples deslocamento, devendo-se considerar também as estratégias travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras ao realizarem este deslocamento, sem deixar de considerar que todas as estratégias criadas pelos mesmos ainda sim estão submetidas aos interesses e estratégias do capital, não havendo um rompimento desta relação perversa promovida pelo capital.

E com o intuito de podermos compreender e desvendar essas estratégias travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras e de que forma as mesmas mantêm-se submetidas aos interesses e estratégias do capital agroindustrial canavieiro é que chamamos a atenção para a necessidade de realização de uma leitura das trajetórias territoriais do trabalho empreendidas pelos mesmos, enquanto forma de lançarmos luz para o debate em respeito a precarização da mão de obra migrante não apenas para os canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), como em todo o país.

Trajetórias territoriais do trabalho (TTT) no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)

Ao debatermos os entendimentos em respeito as trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, é necessário que consideremos sua compreensão encimadas nas trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores migrantes temporários na cana-de-açúcar neste início de século.

Para tanto, selecionamos duas entrevistas pelas quais pudemos ter uma compreensão das trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras pelo território brasileiro e que pudemos acompanhar seja através de entrevistas semiestruturadas e relatos orais nos municípios de origem, seja através da utilização dos recursos descritos no início deste texto no que diz respeito a netnografia ou etnografia virtual.

Nessa perspectiva, para a realização desse exercício é preciso que consideremos também o debate em torno do conceito de território, dadas as contribuições de uma série de autores que nos ajudam em nossa leitura das trajetórias territoriais do trabalho, sendo essa crucial em nosso empreendimento de realização não apenas de uma leitura geográfica do trabalho e das migrações do trabalho para o capital como também pelo fato de materializarem o atual período vivenciado pelo agrohidronegócio canavieiro no Brasil e que rebata no aparecimento dos trabalhadores e trabalhadoras adoecidos descartados pelo agrohidronegócio canavieiro.

Em respeito as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras, Bueno; Silva (2012) chamam a atenção para os movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços rurais e urbanos, bem como ao fato de que suas trajetórias sejam marcadas pela transitoriedade, devendo se levar em consideração que as práticas envolvidas nas mais distintas jornadas desempenhadas por esses, são reincorporadas no agrohidronegócio canavieiro.

Nesse ínterim, as autoras realizam uma leitura que permite a compreensão da trajetória laboral das mulheres trabalhadoras desde o trabalho familiar e como este é reaproveitado para a realização do corte da cana-de-açúcar, permitindo assim a construção

de uma narrativa que estabeleça contato direto com a memória das trabalhadoras entrevistadas.

Essas considerações são importantes, dado que um dos grandes desafios na construção/compreensão das trajetórias territoriais do trabalho diz respeito a própria tentativa de exercitar a memória dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

Em respeito à memória, Vargas-Evaristo (2012, p. 164) enfatiza que ao se ascender a memória e a experiência de vida cada pessoa, nos permite compreender que cada indivíduo toma contato com o tipo de realidade no qual encontra-se imerso, de forma que essas experiências ficam impressas em sua memória, dado que através das narrativas dos sujeitos é que podemos analisar o passado, o presente e também o futuro, mas não apenas de um sujeito, mas de um grupo social.

Pollak (1989, p. 14) ao enfatizar a memória, destaca o silêncio e o esquecimento, bem como o não dito enquanto parte da análise das narrativas dos depoimentos dos sujeitos, tendo em consideração as ‘memórias subterrâneas’ dos sujeitos, enquanto opostas ao que o autor pontua enquanto uma memória oficial, e é nesse sentido que queremos compreender as trajetórias territoriais do trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras, podendo captar também no ‘não dito’ e no ‘indizível’, sinais que nos permitam a compreensão do real estado de coisas que se interpõem para esses sujeitos. Assim, a memória individual é resultado da ‘gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões’.

Pollak (1992) ao tratar dos elementos constituintes da memória, chama a atenção para os acontecimentos ‘vividos pessoalmente’, bem como os acontecimentos ‘vividos por tabela’, que

de acordo com o autor, seriam aqueles vivenciados em grupo, ou seja, pelo coletivo de pessoas que o sujeito depoente julga pertencer.

Outro ponto estocado pelo autor e que é importante em nossa análise das trajetórias territoriais do trabalho a partir dos relatos orais colhidos com os trabalhadores migrantes temporários para a cana-de-açúcar, diz respeito a existência dos chamados ‘lugares de memória’, que estariam de acordo com esse autor, ligados a um acontecimento, lembrança, que pode não estar atrelada a um tempo cronológico como enfatizado anteriormente, sendo tal leitura importante quando questionamos aos trabalhadores o que lhes vem em mente ao pensar em seus locais de origem.

Ademais, ao investirmos no entendimento das trajetórias territoriais do trabalho, é importante que reconheçamos o papel que a memória se interpõem para com a construção das mesmas, tendo em consideração que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, sendo importante asseverar em nossa compreensão a dimensão da identidade e (des)identidade dos trabalhadores e trabalhadoras com sua própria trajetória vivenciada e por isso a necessidade de se investir na história oral, enquanto uma ‘história do tempo presente’

Bourdieu (1996) ao tratar da história de vida, pressupõe que a vida é uma história, sendo também o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual, alertando para o fato de que a narrativa dos fatos pelos trabalhadores e trabalhadoras, não se sucedem cronologicamente, ou seja, não obedecem a uma sequência ordenada de acontecimentos, ou melhor, uma leitura das trajetórias enquanto posições sucessivamente ocupadas por um sujeito em um espaço, noção essa que deixa a desejar, quando se pensa numa leitura territorial das trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores.

Dubar (1998) chama a atenção para a discussão em respeito as trajetórias sociais objetivas e subjetivas, considerando que as primeiras resultam das posições sociais ocupadas por um indivíduo e as subjetivas dizem respeito as possibilidades alçadas através da entrevista biográfica, possibilitando a compreensão dos percursos biográficos, sendo que para a compreensão das trajetórias laborais em si, é preciso a análise de ambas, permitindo a análise não apenas da trajetória laboral, como também da trajetória de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, que pode ser lida a partir das trajetórias laborais dos mesmos, sendo a segunda parte da primeira.

Roberti (2011) entende as trajetórias laborais enquanto as posições sucessivas que as pessoas vão desempenhando em seu trabalho ao longo da vida, no que traduzimos para as diferentes lavras que os trabalhadores desempenham, embora a autora considere ainda que “a trajetória laboral permite analisar a interação entre o aspecto objetivo e as concepções subjetivas do trabalho”, p.43, nos permitindo fazer um chamamento para as diferentes experiências laborais que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes vivenciam ao longo de sua vida, nos permitindo compreendermos as diferentes estratégias desenvolvidas pelos mesmos, apesar do fato de estarem subordinadas as estratégias promovidas pelas mais distintas frações do capital, com ênfase para o agroindustrial canavieiro.

A autora supracitada trabalha com a ideia de curso de vida, sendo a trajetória uma das ferramentas metodológicas em sua noção, além da transição e do *timing point*, advogando que os estudos relacionados às trajetórias têm suas raízes relacionadas ao Enfoque Biográfico, dado que as trajetórias centram sua atenção na

interpretação dos fenômenos sociais ao longo do tempo, com ênfase para a multiplicidade de escalas sociais presentes nas biografias.

As trajetórias de vida seriam parte de contextos histórico-sociais que condicionariam seu desenvolvimento e abarcariam uma série de questões desde o trabalho (trajetória laboral), escolaridade, vida reprodutiva, migração, mobilidade social, de modo que não nos prendamos apenas as distintas/diferentes posições ocupadas pelos sujeitos em sua história (ROBERTI, 2011).

Em consideração as trajetórias laborais, a mesma autora considera que essas têm papel preponderante para a experiência vivida, dado que através das experiências laborais se constitua uma forma de acesso a subjetividade, valores, estratégias, pontos de vista e processos sociais que marcam uma vida individual, se referindo assim a interação entre indivíduos e sociedade, que permite a relação entre tempo biográfico e tempo histórico-social (ROBERTI, 2011).

Eugenia de La O (2001) ao referenciar as trajetórias laborais assevera que as mesmas não podem ser compreendidas sem considerar o contexto econômico local, a dinâmica dos mercados de trabalho e as condições laborais e institucionais que regulam o acesso ao emprego.

As considerações realizadas em respeito as trajetórias de vida e laboral até o presente momento neste texto, têm significado para a análise que pretendemos realizar em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, devendo se considerar que as trajetórias não são resultados de uma série de posições ocupadas pelo mesmo agente social.

Isso ocorre pois mesmo que decidam pelo movimento migratório é preciso que se leve em consideração os 'condicionantes externos', ou seja, as 'estruturas onde as práticas são tecidas por

homens e mulheres de diferentes classes sociais’, não sendo as migrações ‘meros deslocamentos demográficos num determinado espaço social’... tendo em consideração que ‘ enquanto uns partem, outros ficam e os chamados pontos de origem e destino são constituídos por redes, que envolvem vários sujeitos’ (SILVA; MELO, 2009, p. 135).

Nessa perspectiva, ao emprendermos uma análise referenciada no que estamos chamando de trajetórias territoriais do trabalho, estamos considerando a apropriação territorial realizada na mobilidade, bem como a comunicação entre espaços e sujeitos, como enfatizado por Silva; Melo (2009).

Para tal construção, temos que considerar *a priori* aquilo que é narrado por aqueles que reconstroem sua trajetória a partir de sua memória, sendo importante asseverar que ‘a experiência que passa de pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores’, tendo em consideração que ‘quem viaja tem muito para contar’ como assevera Benjamim (1985, p. 198) ao tecer considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.

Em contrapartida, para podermos empreender a leitura em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, é preciso que levemos em consideração o que estamos apreendendo enquanto trabalho, migrações do trabalho e trajetórias, bem como é preciso que estabeleçamos o que estamos entendendo enquanto território, de modo a podermos avançar nesta leitura.

A necessidade de compreensão do conceito de território tem sentido, ao retomarmos os expostos de Silva; Melo (2009), que levam em consideração a apropriação territorial realizada na mobilidade. Todavia, para empreendermos tal análise é necessário que saibamos o que estamos entendendo enquanto conceito, que diz respeito a

‘nossa percepção, buscando esclarecer a natureza das relações existentes entre os fenômenos (coisas), rompendo com a singularidade com que capitaneamos nossos sentidos, levando para o plano da totalidade’, como advoga Moreira (2007, p. 106).

Ao tatearmos o conceito de território, é importante considerarmos os expostos de Saquet (2007; 2009) ao ler o território enquanto uma construção social, histórica, relacional e que está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço, como também das pessoas. Desse modo, o território também significa articulações sociais, conflitos, cooperação, sendo produto de tramas que envolvem as formas espaciais.

Suertegaray (2001) enfatiza que o território diz respeito ao espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia as questões envolvendo a política e a dominação/ apropriação, sendo definido por e a partir de relações de poder, e Porto-Gonçalves (2008) considera-o enquanto espaço apropriado, espaço feito coisa própria, sendo instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio do mesmo.

Raffestin (1993, p. 143) ao tratar do território, advoga que o mesmo se forma a partir do espaço, sendo o resultado de ‘uma ação conduzida por um ator sintagmático’, que ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, territorializa-o. Em contrapartida, numa perspectiva diferente, Haesbaert (2006) adverte que o território pode ser entendido enquanto uma relação de apropriação/domínio das sociedades sobre o espaço, tendo o mesmo uma dupla dimensão, material e simbólica, dada a própria etimologia da palavra território, associada a *terror* e *aterrorizar*.

Saquet (2007, p. 59) chama a atenção para o fato de que o processo de produção do território é constituído pelo movimento

histórico e por simultaneidades, sendo organizado por ‘agentes humanos, política, jurídica e economicamente, sendo interessante também se considerar o processo de territorialização enquanto um ‘movimento historicamente determinado’, tendo em vista que na mobilidade da força de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras migrantes também experimentar/produziriam territorialidades.

O mesmo autor assevera que o território também significa identidade, que permite a produção de territorialidades, havendo no território temporalidades e territorialidades, bem como descontinuidades. Nessa perspectiva, Musset (2015) destaca que os fenômenos relacionados a mobilidade e aos deslocamentos, longe de serem fluídos e homogêneos, são marcados por ‘tempos e momentos’, chamando a atenção para os ‘territórios de espera’.

Entretanto, a partir das considerações apresentadas, estamos lendo os territórios não somente por e a partir de relações de poder, como também enquanto ‘territórios em disputa’, tendo em consideração que a reflexão em respeito a distintas visões deste conceito, dizem respeito ao enriquecimento da análise dos mesmos enquanto parte da simbiose que forma as trajetórias territoriais do trabalho, simbiose essa que como destacado anteriormente, diz respeito as trajetórias de vida e laboral dos trabalhadores e a apropriação territorial realizada ao longo das mesmas.

Em meio a esses postulados, é necessário consideramos os expostos por Silva (2011); Flores (2006) ao considerarem a existência de *territórios migratórios*, enquanto processos sociais em que os sujeitos fazem a história em condições determinadas, território esse em que se constroem redes e se elaboram estratégias.

Saquet; Mondardo (2008), propõem que as relações de poder que caracterizam os territórios, estão presentes no estar fixo e na

mobilidade, dado que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes efetivam relações nos vários territórios que perpassam, construindo assim várias redes locais e extra locais, dado que os trabalhadores migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da venda de sua força de trabalho, comunicação, comercialização.

Fazito (2002) assevera que nas migrações, as redes sociais e de solidariedade, permitem que façamos uma leitura considerando que migrantes e não migrantes estejam unidos em uma teia complexa de papéis e relações sociais e que possibilita a compreensão de Saquet; Mondardo (2008) em respeito a formação de territórios em rede no processo migratório e que têm rebatimento em suas trajetórias.

Dessa maneira é que Fazito (2002) e Saquet; Mondardo (2008) consideram que as trajetórias espaciais sejam fundamentais na construção das redes migratórias e que de acordo com o autor, possibilita a compreensão do processo migratório enquanto ‘movimento e interação’, e que une territórios de origem e de destino, sendo tal unificação possibilitada a partir das redes, que se tornam capazes de imprimir a identidade construída entre territórios na mobilidade, e que permite a construção de um território interativo, conectando territórios através de suas trajetórias territoriais.

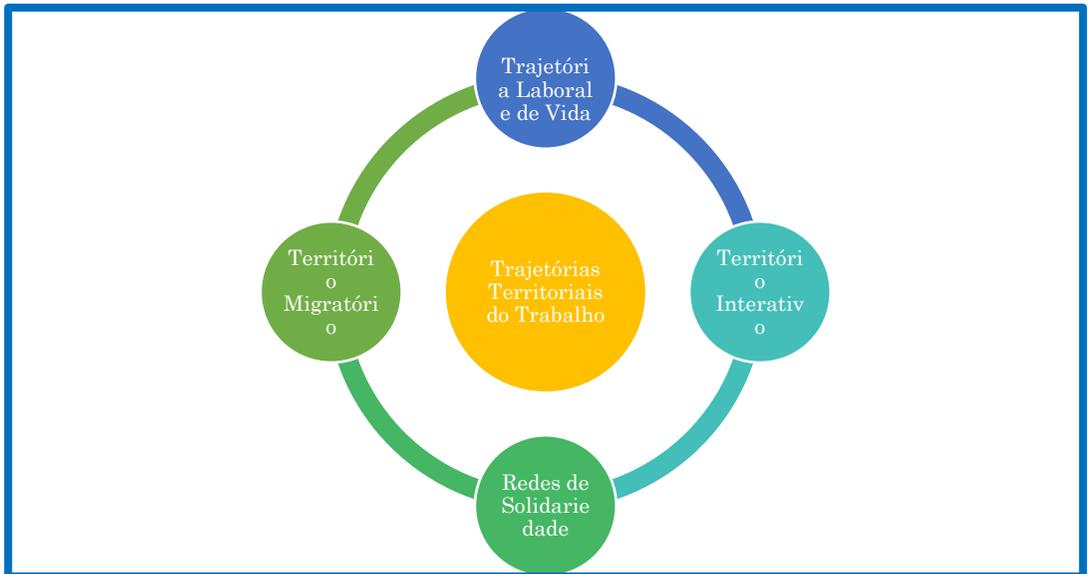
É nessa perspectiva que queremos ler as trajetórias territoriais do trabalho, considerando não apenas o que expusemos em respeito as trajetórias laborais dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, como também a interação entre os territórios que eles perpassam, bem como a apropriação territorial realizada pelos mesmos ao longo de sua trajetória.

Para termos sucesso nessa empreitada, não devemos deixar de considerar o papel da memória, como debatido anteriormente,

tendo em conta que as trajetórias que analisamos neste texto, são parte da externalização dos trabalhadores migrantes temporários na cana-de-açúcar na Região Administrativa de Presidente Prudente.

Para a compreensão (realização) do entendimento em respeito as trajetórias territoriais do trabalho, estamos considerando não apenas a possibilidade de compreendermos questões atinentes a memória e as histórias de vida desses seres sociais, como também a temporalidade presente nas diferentes mudanças de lavras, ou seja, nos permitindo entender o movimento migratório em sua gênese.

Assim, ao estocarmos o que estamos compreendendo enquanto trajetórias territoriais do trabalho, estamos chamando atenção para a trajetória laboral e de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, dada sua capacidade de se territorializarem em cada deslocamento efetivado, ao mesmo tempo em que travam relações que permitem a apropriação territorial desses distintos territórios, que unificados pelas redes sociais e de solidariedade, fazem parte de um território interativo, formado por diversos pontos que caracterizam as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras (Figura 01).

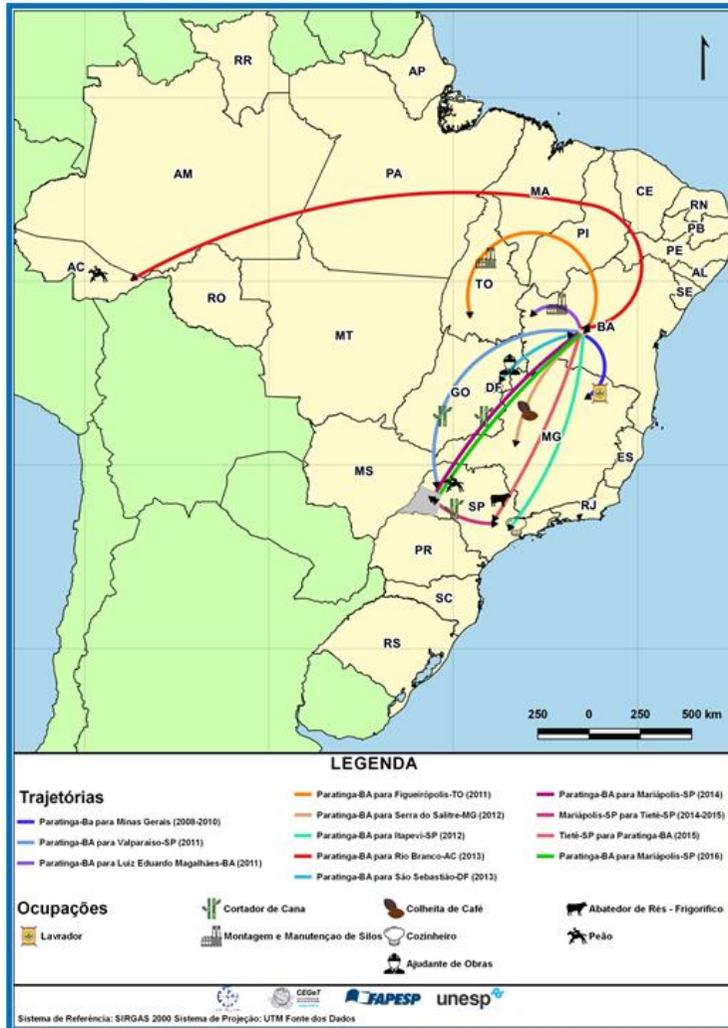
Figura 01: Trajetórias Territoriais do Trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017-2019). Organização: Autores (2020).

E por isso a necessidade de empreendermos uma análise que verse o movimento migratório a partir das trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores e a territorialização presente neste processo, então chamarmos a atenção para as trajetórias territoriais do trabalho, enquanto forma de ilustrarmos o adoecimento físico e mental dos trabalhadores na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), em uma perspectiva que ligue as doenças ocupacionais menos às disposições biológicas e anormalidades orgânicas, de incidência isolada sobre os trabalhadores e prioritariamente relacionadas à realização da atividade laboral, principalmente em meio ao ambiente pautado pela reestruturação produtiva, com a ampliação da flexibilização, intensificação dos processos exploratórios ligados ao descumprimento da legislação trabalhista e que ampliam ainda mais a degradação do trabalho,

além das novas formas de adoecimento, aliadas à intensificação do modelo químico-dependente dos tratos culturais (Mapa 03).

Mapa 03: Exemplo de trajetória territorial do trabalho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017-2019). Organização: Autores (2020).

Aos nos referenciarmos nesta discussão, estamos diante de um cenário marcado pelos novos territórios da degradação sistêmica do trabalho que caracterizam o Polígono do Agrohidronegócio

Canavieiro e por si só, a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), tendo em vista que o avanço tecnológico no setor canavieiro, não condiz com um maior respeito aos direitos dos trabalhadores, dada a manutenção de práticas predatórias que flexibilizam contratos, impõem dinâmicas territoriais aos trabalhadores não desejadas por eles, a exemplo das migrações do trabalho para o capital que se amplificam neste período de transição tecnológica.

A degradação sistêmica do trabalho é deste modo, parte dos resultados da precarização do trabalho contemporânea, dados os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, tendo em vista que o capital se aproprie hoje dos anos futuros dos trabalhadores, por meio de mecanismos de intensificação, extensão do tempo de trabalho ou procedimentos que qualificam a superexploração do trabalho e que se apresentam ao analisarmos as trajetórias territoriais do trabalho (VERÇOZA; MORAES SILVA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2017) e nos estimulam a continuarmos os entendimentos em relação aos desdobramentos da expansão do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) e os rebatimentos para a força de trabalho empregada, com ênfase para a mão de obra migrante temporária.

Considerações Finais

O esforço de construirmos as trajetórias laborais dos trabalhadores e trabalhadoras, diz respeito a uma das metodologia que empreendemos ao longo de nossa pesquisa, que é a da etnografia virtual ou netnografia, metodologia pela qual pudemos acompanhar as trajetórias dos trabalhadores selecionados, mesmo que os mesmos

já não se encontrassem na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Dessa forma, as trajetórias territoriais do trabalho acabam por nos revelar toda uma série de contradições que marcam os trabalhadores e trabalhadoras migrantes neste início do século XXI, principalmente tendo em conta a plasticidade do trabalho que marca sua lavra e que nos permite considerar o movimento territorial da classe trabalhadora, enquanto expressão geográfica da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Outra questão diz respeito ao próprio receio (medo) dos trabalhadores de adoecer, pois adoecer significa parar de trabalhar e parar de trabalhar por si só significa deixar de auferir a renda necessária para a manutenção da família, ou no caso dos trabalhadores migrantes temporários, sujeitos que tem vivenciado intensamente a transição tecnológica no agrohíbrido negócio canavieiro, significa o rompimento com sua estratégia de permanência na terra, dado que muitos dos trabalhadores migrantes que percorrem os corredores migratórios do país são provenientes de povoados, vilarejos na área rural e que nos estimulam a continuarmos a empreender este debate, tendo em consideração nosso interesse em pensarmos uma sociedade distinta a que está posta, com olhares para o mundo do trabalho (BENTO, THOMAZ JUNIOR, 2015; BENTO, 2019).

Referências bibliográficas

ABAD, J.S. Crisis y estrategias migratorias de reproducción social. Un análisis a partir del estudio de la migración ecuatoriana. *Migraciones*, 37, p.195-216, 2015.

ARIZA, L.G. et.al. Relações entre análise textual discursiva e o software ATLAS.ti em interações dialógicas. *Campo Abierto*, vol.34, n.2, p.105-124, 2015.

BARRETO, M. J.; THOMAZ JÚNIOR, A. O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: [s/n], 2012

BARRETO, M.J. *Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto (SP)*. 2018.377f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 1999.

BENDITO, T. V. La dimensión geodemográfica de las migraciones, expectativas en Europa Occidental. *Polígonos*, n.3, p.105-132, 1993.

BENJAMIM, W. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, n. 1, 2015.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. Os desafios para a construção de uma Geografia do Trabalho no início do século XXI em meio ao adoecimento e descarte de trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 20, n. 1, 2019.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: *Razões práticas*. 1.ed. Campinas: Papirus,1996, p.74-82.

BUENO, J. D.; SILVA, M. A. M. Espaços e tempos cruzados-trajetórias de trabalhadoras no interior paulista. *Raízes*, vol.33, n.2, jul-dez.,2012.

CARVALHAL, M. D. *A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos*. 2004.347f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.19, n.62, abr. 1998.

EUGENIA DE LA O, M. Trayectorias laborales en obreros de la industria maquiladora en la frontera norte de México: un recuento para los años noventa. *Revista Mexicana de Sociología*, vol.63, n.2, p.27-62 abril-junho, 2001.

FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.

FLORES, S. M. L. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales en el caso de México. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7. 2006, Quito. *Anais...* Quito: [s/n], 2006.

GEERTZ, C. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2006,186p.

HERRERA, Gioconda. La migración vista desde el lugar de origen. *Revista de FLACSO-Ecuador*, n.15, enero, 2003.

LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998, 202p.

MARTINS, J. S. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não há terra para plantar neste verão* (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.44-61.

MELO, B. M. *Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista*. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. *Anais...*, Salvador, 2007.

MONDARDO, M. L. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural? *Terra Livre*, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, p. 51-74, ago-dez, 2007.

MORAES, M. D. C.; FRAZÃO, F.; ROGÉRIO JUNIOR, T. A questão social das migrações temporárias de trabalhadores agrícolas do Nordeste para a agroindústria canavieira de São Paulo: uma das faces do agronegócio da cana no Brasil. *Revista Desenvolvimento Social*, Montes Claros-MG, n. 3, p. 73-92, julho de 2009.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

MUSSET, A. De los lugares de espera a los territorios de la espera. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 61, n. 2, 2015.

ORTÍN, J. Migraciones. Desarrollos teóricos, evidencias empíricas y consistencias conceptuales. Las otras fronteras en la condición de migrante. *Revista Latinoamericana*, v. 12, n. 35, p. 165-182, 2013.

PERPETUA, G. M. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

POCRIFKA, D. H.; CARVALHO, A. B. G. P. O êxito do uso do software Atlas TI na pesquisa qualitativa. In: ATAS COLÓQUIO LATINOAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 3. 2014, Fortaleza. *Anais...Fortaleza*: p.20-25, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: CECENÁ, Ana Esther (coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

ROBERTI, M. E. *El enfoque biográfico en análisis social: una aproximación a los aspectos teórico-metodológicos de los estudios con*

trayectorias laborales. 2011. 87f. Tese (Doutorado em Sociologia), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.

SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan-jun de 2007.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades*. 1.ed. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, 365p.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, jul-dez, 2008.

SILVA, M.A.M.; MELO, B.M. Partir e ficar, dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. *Revista Internacional Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 129-151, jul.-dez. 2009.

SILVA, M.A.M.; MENEZES, M.A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. In: *Revista Eletrônica do NEAD*, Brasília, no prelo, 2006.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 02-39, 2005.

SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista Abra* Campinas, v. 33, n. 2, p. 118-143, ago-dez, 2006.

SILVA, M.A.M Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, p. 161-178, outubro, 2011.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 93, julio de 2001.

TORRES, A. T. G. *A luta de classes pela água*. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia passo-a-passo**: (ensaios críticos dos anos 90). 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2005, 176p.

THOMAZ JUNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. (Limites explicativos, autocrítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Revista Campo-território*, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, agosto de 2010.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). *Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES* - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de Geo Crítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]

THOMAZ JUNIOR, A. Redefinições do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates. *Veredas*, Xochimilco, v. 15, p. 477-52, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Geografia do Trabalho por Inteiro, *PEGADA*-A Revista da Geografia do Trabalho Presidente Prudente, v. 19, n. 2, 2018, p. 6-56. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>

THOMAZ JUNIOR, A. *Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho*. Mimeog. 2019 Disponível em: <http://gege.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20do%20Trabalho%20-%202019/THOMAZ%20-%20Novos%20Territ%F3rios%20da%20Degr ad%20Sist%EAmica%20do%20Trabalho-Final.pdf>

VARGAS-EVARISTO, S. Generación, trabajo y juvent. Relatos de vida de jóvenes mixtecos y zapotecos en el circuito de migración rural hacia la frontera norte. *Revista Liminar Estudios Sociales y Humanistas*, San Cristóbal de las Casas, v. 10, n. 2, julio-diciembre, 2012.

VERÇOZA, L.; SILVA, M. A. M. *Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência*. São Carlos, 2016. (Mimeogr.).

Submetido em: 24 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 28 de maio de 2020.

Aprovado em: 10 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

BENTO, Fredi dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 616-653, jan.-jun./2020.